

EUA só negociarão no Clube de Paris

O governo norte-americano considera o mecanismo do Clube de Paris suficientemente flexível para proporcionar a necessária reestruturação da dívida externa dos países latino-americanos junto a governos e instituições multilaterais. Por isso, os EUA têm a intenção de negociar reprogramações plurianuais por prazos maiores, dentro dos mecanismos do clube, entidade informal que reúne os principais países industrializados.

A posição norte-americana está enfatizada no informe da Comissão Especial sobre Financiamento e Comércio (CEFIC), examinado na comissão de assuntos econômicos e sociais da 14ª Assembléia-geral da Organização dos Estados Americanos, que termina hoje em Brasília. O documento apresenta as principais proposições dos países devedores e a posição dos EUA:

1. Uma condicionalidade de emergência nos programas de ajuste do FMI, dando prioridade à imperiosa necessidade de conseguir uma vigorosa recuperação econômica dos países devedores. Propõe também que o FMI exclua os créditos concedidos pelo BIRD e BID das metas de déficit fiscal. E rápidos desembolsos dos aumentos já autorizados de recursos do FMI em favor dos países que cumprem os programas de ajuste.

A posição dos EUA: Concorda em que o FMI examine o tratamento do FMI aos financiamentos para projetos de desenvolvimento, para determinação de metas de cumprimentos. Os EUA insistem, porém, que os programas do FMI não são inimigos do crescimento. Por isso, não está disposto a aceitar a revisão ampla da condicionalidade do FMI.

2. Os países latino-americanos pedem que o Banco Mundial e Banco Interamericano, nos próximos quatro anos, excluam o requisito de contrapartida de recursos locais aos projetos de alta prioridade nos programas de desenvolvimento e com aqueles países que estão cumprindo seus programas de ajuste impostos pelo FMI.

Os EUA apoiam o reexame da contrapartida em relação aos ban-

cos multilaterais de desenvolvimento, mas insiste que não está disposto a apoiar a eliminação desse requisito.

Financiamentos

3. Querem os países da América Latina e Caribe que o BIRD e BID estudem o financiamento de projetos em andamento, cuja execução foi iniciada por outras fontes de financiamento e que se encontram atualmente paralisados ou atrasados por falta de recursos.

Os EUA apóiam a reivindicação para continuação de financiamento de projetos "selecionados".

4. Os países latino-americanos pedem que o BID aumente sua capacidade de recursos, mediante aumento de capital e co-financiamento com o fim de ampliar o apoio à região.

Os EUA argumentam que forneceram US\$5,2 bilhões de recursos adicionais para o BIRD, para o período 1983-1986. Por isso, não haverá aumento de recursos. Mas apoiam a proposta para que o BID examine ao máximo o mecanismo de co-financiamento. Os EUA também reiteraram seu apoio à Companhia Interamericana de Investimentos (CII), que estenderia créditos e ofereceria subscrição de capital à pequenas e médias empresas da região.

Compensação

5. Também reivindicam os devedores que sejam estudadas várias propostas de reestruturação da dívida externa, compreendendo mecanismos de compensação às taxas de juros elevadas e permitindo uma ampliação dos recursos necessários ao desenvolvimento da região.

Para os EUA, os bancos comerciais vão refinanciar a dívida dos países que estão realizando com êxito seus programas de ajuste. E ve com "complacência" a tendência de redução dos spreads, custos administrativos e outras taxas aplicadas em algumas renegociações. Entende que se deve dedicar especial atenção à disposição de instituições multilaterais de fornecer novos recursos. Mas não apoia nenhuma proposta para controlar o nível das taxas de juros, ou facilitar a concessão de empréstimos automáticos.